



Abertura de mercado do gás natural viabiliza uso como matéria-prima (pg. 2)

SIQUIRJ INFORMA

Nº 212

Jun/2019

Editorial

Economia Brasileira: Situação Fiscal e Perspectivas com a Reforma da Previdência



O Siquirj recebeu, no último dia 13 de junho, o economista Tomáz Leal, Analista de Estudos Econômicos da Firjan, para realizar uma palestra sobre a Economia Brasileira: Situação Fiscal e Perspectivas com a Reforma da Previdência.

Na oportunidade, Tomáz Leal pode traçar a conjuntura econômica mundial, pontuando os fatores de risco que aumentam a incerteza quanto ao crescimento global. Com isso, o FMI, por exemplo, revisou sua expectativa de crescimento da economia mundial em 2019

para 3,3%, com impacto estimado de -0,5 p.p. das tarifas comerciais protecionistas para o desempenho econômico em 2020.

Sobre os desafios internos, Tomáz Leal pontuou o aumento da dívida bruta do Governo Federal, cuja projeção para este ano já é de 87% do PIB, o déficit previdenciário e a situação fiscal dos municípios. Ainda sobre a questão interna, pontuou que o indicador de incerteza econômica voltou a subir neste segundo trimestre, devido aos ruídos políticos em torno do atual governo, o que diminui as expectativas para o PIB.

Segundo o mapa de riscos apresentado, o principal risco à economia é a não aprovação da Reforma da Previdência, impactando diretamente as contas públicas do governo federal e dos entes subnacionais. Confiança e maior participação do setor privado também dependem da aprovação. Há necessidade de uma continuidade da agenda de reformas estruturais, em especial a tributária, para também influenciarem uma melhora do ambiente de negócios. Deve-se ter especial atenção quanto a política de preços da Petrobras e a insatisfação de caminhoneiros, pois não está descartada a possibilidade de nova greve, o que pode causar impacto direto sobre inflação, atividade e confiança. Outra preocupação pontuada por Tomaz Leal é a demanda desaquecida, que gera elevada capacidade ociosa nos fatores de produção.

Sobre o Rio de Janeiro, Tomaz Leal comentou que apesar do desemprego elevado, o Estado tem perspectivas positivas para seu PIB com setor de óleo e gás. Abrindo os dados previdenciários do Estado do Rio de Janeiro, mostrou que o déficit, em 2017, de R\$ 10,6 bilhões, representa para o contribuinte o custo de R\$ 663 por ano.

Realizando uma projeção em caso de aprovação da Reforma da Previdência, Tomáz Leal conjecturou uma retomada dos investimentos a partir de 2023, com aporte de mais R\$ 655 bilhões de investimentos públicos e R\$ 729 bilhões de investimentos privados.

Com isso, em 10 anos, seria possível: a conclusão de 4.669 obras paralisadas em todo o país; apoiar o acesso a creche a pelo menos 50 das crianças de 0 a 3 anos; dar oportunidade de estudo a todas as crianças de 4 a 5 anos; prover atenção básica de saúde para a população, 25% não tem acesso; suprir o déficit no sistema prisional brasileiro, a taxa de ocupação está o dobro da capacidade; garantir abastecimento de água para mais de 30 milhões de habitantes; garantir a coleta e tratamento de esgoto para mais de 58 milhões de habitantes; a construção de cerca de 2,5 milhões de novas habitações.

Após sua exposição, o economista Tomaz Leal abriu a palavra aos presentes, onde gerou-se um frutuoso debate e uma profícua troca de ideias entre todos os presentes.

Oportunidade para o Rio de Janeiro

O gás natural é um insumo de grande importância, capaz de movimentar toda a nossa indústria, seja como matéria-prima, seja como combustível. O preço final deste produto depende do custo de extração da molécula da camada onde está a jazida do gás, dos impostos e das margens dos distribuidores. No caso brasileiro, a baixa oferta, o mercado sem concorrência e a extração offshore faz com que o preço do insumo seja um dos mais altos do mundo, afetando diretamente a competitividade da indústria brasileira.

O Siquirj sempre se posicionou a favor de uma nova legislação que propicie um ambiente de negócios mais favorável aos investimentos privados e o aumento da concorrência, para mitigar os efeitos negativos, do alto custo de extração, consequência da origem marinha do gás.

O Governo Federal lançou, nesta última semana de junho, um roteiro para a abertura do mercado de gás natural no país, na prática, sob monopólio da Petrobras. Há expectativas de 40% de redução do preço atual do gás natural, em três anos. Segundo dados do Ministério da Economia, se a queda chegar a 50%, o Brasil terá ganho de 10,5% na economia.

Dentro deste contexto, surge uma grande esperança para o Estado do Rio de Janeiro. Sendo o principal produtor do gás, é também o principal consumidor. A alta produtividade do pré-sal deve ampliar ainda mais a oferta do gás, que aliada a uma nova legislação, com devido apoio do Governo do Estado, tende a trazer de volta ao Rio sua competitividade e o desenvolvimento econômico, travado pela situação fiscal.

O Brasil poderá viver um novo momento; principalmente o Rio de Janeiro, atraindo investidores para novas oportunidades, ampliando a produção, favorecendo a oferta de empregos e o mercado consumidor em geral.

O Siquirj permanece atento às novidades e espera o apoio do Legislativo para regulamentação deste importante passo para a economia nacional e estadual.

Abertura do mercado de gás natural viabiliza uso como matéria-prima, diz Abiquim

A abertura do mercado de gás natural, que será promovida por meio do programa Novo Mercado de Gás, também vai estimular seu uso como matéria-prima pela indústria química, de acordo com a Abiquim, entidade que representa o setor no país.

Há pelo menos uma década, as empresas químicas brasileiras lutam pela redução dos preços dos gás natural, até agora usado no país sobretudo como energia, numa tentativa de se aproximar dos concorrentes internacionais que têm acesso ao insumo a custos competitivos.

"Não era possível usar de outra maneira com esses preços de monopólio. Mas, se o valor passa a ser mais próximo ao do mercado internacional, também se estimula o uso do gás como matéria-prima", disse ao Valor o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo. O ponto-chave do programa, em sua avaliação, é a possibilidade de compartilhamento da infraestrutura, permitindo que as empresas vendam gás diretamente ao mercado.

Conforme o executivo, é "surpreendente" que uma solução simples a essa questão - uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) - tenha levado tanto tempo a ser alcançada. "Faltava vontade política, que agora há no ministro Paulo Guedes e no ministro Bento [Bento Albuquerque, de Minas e Energia] de mudar o mercado."

Para ele, ainda não está claro qual o tamanho do impacto que as medidas terão sobre os preços do gás, mas a expectativa é de queda na medida em que haverá maior oferta no mercado e mais concorrência com a quebra de monopólio da Petrobras. Hoje, a indústria química paga cerca de US\$ 8 por milhão de BTU, considerando-se apenas a molécula. Esse valor vai a US\$ 12 ou US\$ 13 se considerados outros gastos, como transportes.

Caso esse preço caia para cerca de US\$ 4 a US\$ 4,50 o milhão de BTU, os primeiros investimentos do setor, que enfrenta uma paralisação de novos projetos, podem começar a ser anunciados, já que há melhora de competitividade em relação aos US\$ 3 pagos pelos concorrentes nos EUA. "Temos agora a possibilidade de ter gás mais barato tanto para a indústria quanto para a geração de energia. Com o que se tem, é possível dar um salto na oferta de gás, assim como aconteceu nos Estados Unidos com o gás de xisto."

A indústria química é a maior consumidora de gás no país para fins energéticos. Para este ano, segundo a Abiquim, estão previstos US\$ 600 milhões em investimentos, com queda a US\$ 400 milhões em 2020 e 2021 e novo recuo, a US\$ 200 milhões, em 2022. Em 2012, o setor chegou a investir US\$ 4,8 bilhões.

Fonte: Valor

IPCA-15 suaviza alta para 0,06% e tem menor taxa para junho desde 2006

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), prévia da inflação oficial do país, desacelerou a alta para 0,06% em junho, após registrar elevação de 0,35% um mês antes, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Trata-se do menor índice para o mês de junho desde 2006 (-0,15%). Em junho de 2018, o IPCA-15 tinha subido 1,11%, influenciado pelo choque de oferta da greve dos caminhoneiros.

Dessa forma, o índice acumulado em 12 meses desacelerou fortemente: de 4,93% até maio para 3,84% até junho. Com isso, voltou a ficar abaixo do centro da meta de inflação perseguida pelo Banco Central (BC), de 4,25% neste ano — a meta tem um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos.

A leitura do IPCA ficou em linha com a mediana apurada pelo Valor Data com 23 consultorias e instituições financeiras, de 0,07% de aumento. O intervalo dessas projeções ia de uma redução de 0,04% até avanço de 0,20%.

O IPCA-15 refere-se às famílias com rendimento de um a 40 salários mínimos e abrange nove regiões metropolitanas, além das cidades de Brasília e Goiânia.

A inflação se espalhou um pouco mais pelos itens da cesta de produtos e serviços que compõem o IPCA-15 em junho. O chamado Índice de Difusão, que mede a proporção de itens que tiveram aumento de preços no período, subiu para 49%, vindo de 48,5% em maio, segundo cálculos do Valor Data.

Sem alimentos, um dos grupos considerados mais voláteis, o indicador permaneceu em 53,1%.

Fonte: Valor

Novo Código do Corpo de Bombeiros (PLC 59/2018)

Está em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Projeto de Lei Complementar nº 59/2018, que institui o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O projeto que é de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pela Resolução nº 470/2017, elabora um novo Código do Corpo de Bombeiros.

O Siquirj chama a atenção das empresas para que possam analisar o referido projeto e os possíveis impactos para suas atividades, para que possam nos enviar suas manifestações, para o que nos disponibilizamos levar a frente as demandas de nossas associadas

Para as empresas que se interessarem pelo assunto, entrem em contato conosco para envio do inteiro teor do PLC, bem como de apresentação realizada pela Firjan, destacando os pontos de convergência e divergência da referida proposta.

As empresas associadas do Siquirj já puderam receber o material em suas caixas de e-mail com antecedência. **Associe-se!**

Siquirj

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2016/2020

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Ciro Alves (Vice-presidente)
Nicolau Pires Lages (Secretário)
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

Suplentes

Wagner Sá
Jorge Luiz Cruz Monteiro

Conselho Fiscal

Efetivos

Carlos Roberto da Silva
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Roberto Pinho Dias Garcia

Suplentes

Ronaldo Valle Monteiro
Ubiratan Sá
Rodrigo Simion Hunger

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Carlos Mariani Bittencourt

Suplentes

Isaac Plachta
Roberto Pinho Dias Garcia